

Calça de veludo à vista

OTTO LARA RESENDE

"E aqui no Brasil, o que é que vocês acham dessa república que não acerta o passo?"

José J. Veiga.

Cá estamos enfim na véspera da eleição presidencial, ou seja, a um mês de 15 de novembro, data do pleito e centenário da proclamação da República. O turista marciano do Nelson Rodrigues, se desembarcasse hoje no Rio de Janeiro, anotaria no caderninho o seu espanto diante da esplêndida democracia que há um século estamos praticando. De fato, há razão para espanto. Temos um dos mais numerosos colégios eleitorais do Mundo, com mais de 82 milhões de eleitores.

Temos 22 candidatos, todos com acesso gratuito à televisão e ao rádio, em dois programas diários de quase três horas no total. Além de gratuito, o programa é obrigatório, o que talvez seja uma iniciativa sem igual em todo o Mundo. Pode-se discutir o critério da distribuição do tempo para cada candidato, mas já se sabe que a macroexposição na TV e no rádio não impede que o partido, ou a coligação de partidos, continue a ter apenas um microcandidato. E vice-versa.

Além do horário obrigatório da propaganda, também o voto é obrigatório. Na trilha de tanta coisa obrigatória no plano do civismo e da política, o marciano do Nelson Rodrigues, antes de reembarcar no seu disco voador, concluiria que tinha acabado de visitar a nação mais democrática do Mundo. Ou seja: uma nação que decidiu no papel, soberana e constitucionalmente, que o regime democrático é obrigatório.

Ciceroneado e informado por uma das numerosas assessorias de comunicação oficial, o marciano chegaria ao fim da sua viagem turística encantado com um país que celebra de maneira tão democrática, 82 vezes eleitoralmente milionária, o primeiro centenário da República. Como à mulher de Lot, está claro que seria proibido ao nosso visitante olhar para trás, na tentativa de ver o que aconteceu na história recente deste país. Ao decolar de volta a Marte, ele não saberia assim que há 29 anos e picos ninguém vota aqui para Presidente da República.

Diante da massa de informações e competentes **press releases** que as agências oficiais lhe passariam, a começar pela visão isenta e patriótica do SNI, criado em 1964 exatamente para informar, seja a brasileiros, seja a marcyanos, o turista inventado por Nelson Rodrigues veria tudo com científica minúcia, menos, é claro, o óbvio ululante. Além do Pão de Açúcar e do Corcovado, agora com o Cristo Redentor ameaçado, não lhe seria permitido, por exemplo, ver com os próprios olhos, os olhos que Marte há de comer, a longuíssima história de nossa longa transição democrática.

Na verdade, temos tido muito mais transição do que democracia, assim como temos tido muito mais propaganda obrigatória do que debate livre. A tese dispensa demonstração, já que se trata de **axioma óbvio e ululante**, proposição que é prerrogativa (obrigatória) da Filosofia e da Matemática vigentes nesta latitude brasileira. Não invoco os fatos exemplos da nossa História. Invoco meu exemplo pessoal. Infelizmente, não sou eleitor de primeira viagem.

Votei em 1945, quando não havia pesquisa — e o Brasil inteiro dormiu com o Brigadeiro, que era bonito e era solteiro, e acordou com o Dutra, que era feio e ficou viúvo. Votei em 1950 e em 1955. E, claro, votei em 1960. Se em 1938 a Constituição (a da temporada era a de 1934) permitisse o voto aos 16 anos, como a da temporada atual, de 1988, eu teria escolhido, inaugural, entre Ar-

mando de Salles Oliveira e José Américo de Almeida. Sucede, porém, que Getúlio Vargas, no exercício da Presidência pelo voto indireto, acabou com a festa eleitoral de 1938 e a 10 de novembro de 1937 instaurou um novo período de transição, perdão, de ditadura. Só por isto não me liguei aos 16...

O curto período de Getúlio, como ele próprio o designou, teve a duração de 15 anos, a que se somaram quase mais quatro de governo legítimo e direto a partir de 1951. A tragédia de 1954 estava recente, ainda ecoava em todo o País o tiro solitário do Palácio do Catete, quando se deu a renúncia de 1961 — mais um ato na tragicômica e agora secular história da nossa República. Digase de passagem que não era a primeira renúncia e, sim, a segunda na fase republicana (no Império houve a abdicação de D. Pedro I).

Como se sabe, o primeiro renunciante foi Deodoro da Fonseca, o mesmo que proclamou a República sem ser republicano. Posto na chefia do Governo Provisório que se seguiu à queda do Império, o monarquista Deodoro, asmático e hemorroidário, renunciou a 23 de novembro de 1890 em favor do Vice, outro marechal, e agora de ferro, Floriano Peixoto. Ambos, por sinal, alagoanos... Floriano dividiu apaixonadamente o País. Não convocou eleições imediatamente, mas teve um sucessor paisano, o paulista Prudente de Moraes, que tomou posse a 15 de novembro de 1894. Prudente foi em 1891 o que Ulysses foi em 1988 — presidente da Constituinte.

Os primeiros anos da República são assim uma espécie de sinopse do que viria a ser a nossa centenária novela republicana. Golpe militar que leva ao governo republicano um chefe militar monarquista, renúncia, posse de um Vice que se recusa a convocar eleições e sequer está presente na transmissão do cargo ao seu sucessor, dissolução do Congresso por um ato de força etc. Ai começa a freqüentemente louvada e sempre conservadora **política dos governadores**, com a República Velha, assassinada pelas armas em 1930. Assassinada em nome de uma Aliança Liberal que pregava o sufrágio universal e nos deu o mais longo governo discricionário unipessoal, ainda que com avanços no campo social e econômico.

A um mês do pleito e do centenário da República, convenhamos que dá medo olhar para trás. A tentação de bancar o turista marciano é maior do que a tentação da mulher de Lot. Suicídio, Vice, renúncia, Vice, morte, Vice... a cadeia da infelicidade é de amargar. No Brasil, também em 1989, sempre corremos o risco de pedir a mão de Raquel e casar com Lia, o que nos aconselha a redobrar a paciência de Jacó. E não nos esqueçamos que o mandato de Labão, pai da serrana bela, é de sete anos, com direito a mais sete. Péssimo precedente bíblico para os nossos mandatos tão fluidos.

Se dependesse de mim, eleitor com título de antiguidade que remonta a 1945, o Brasil seria logo parlamentarista e o mandato presidencial jamais iria além de quatro anos — e mandato direto, legítimo. As eleições legislativas deveriam ser bienais, de dois em dois anos, porque só assim, votando, se exercita o voto democrático. Só assim, se erra, o povo pode corrigir o próprio voto. Daqui a um mês, esperamos, o Brasil comparecerá à boca da urna com a calça de veludo de 82 milhões de eleitores. Uma festa democrática, depois de tantos anos de bumbum de fora.

Ontem, o mau bico de pena, hoje o bom de bico na TV. Um velho provérbio diz que, se bico valesse, tucano era advogado. Há bicos e penas para todos os gostos nessa eleição do centenário. Lindas plumagens e negras perspectivas, com uma ressaca à vista depois do porre eleitoral milionário de 15 de novembro. Não é preciso ser vidente para saber que daqui até lá ainda vai passar muita água debaixo da ponte, com a dança das pesquisas. Uma coisa pelo menos conforta: eleição é melhor do que ausência de eleição, porque República sem voto, secular embora, é apenas ditadura, cujo eufemismo brasileiro é transição.